



A HISTÓRIA DOS POVOS AFRICANOS E AS QUESTÕES HISTÓRICAS E RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE HISTORY OF AFRICAN PEOPLE AND THE HISTORICAL AND RACIAL ISSUES IN BASIC EDUCATION

Francisco André Silva Martins¹
Caetano Bonfim Ferreira²

RESUMO

Em tempos tão sombrios, nos quais as diferenças e a luta pela igualdade e contra o racismo estrutural têm sido fortemente atacadas, a escola emerge como arena de disputas. A proposta do presente trabalho é fazer uma discussão que tenha como elemento central o entendimento da importância de se trabalhar a história dos povos africanos e as questões étnico raciais na Educação Básica, mais especificamente no Ensino Fundamental II. O objetivo é proporcionar uma reflexão sobre a necessidade de se lutar por uma sociedade mais justa e igualitária e a escola se mostra como local privilegiado para essa luta. Metodologicamente optou-se por uma pesquisa de cunho bibliográfico, que se deu por meio do levantamento de obras e autores que abarcassem as questões e problemas enfrentados pela escola no que tange as questões históricas e étnico-raciais. Dentre os principais referenciais destacam-se as contribuições de Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, dentre outros. As reflexões e as análises proporcionadas pelo diálogo estabelecido com as obras e as experiências dos autores na escola sinalizam uma possibilidade de avanços a partir de práticas docentes reflexivas que proporcionem um outro lugar social e histórico para os povos africanos na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Questões étnico-raciais na escola. Cultura africana e afro-brasileira. Racismo.

ABSTRACT

In such dark times, when differences and the struggle for equality and against structural racism have been strongly attacked, the school emerges as an arena of disputes. The purpose of this paper is to make a discussion that has as its central element the understanding of the importance of working on the history of African peoples and ethnic racial issues in Basic Education, more specifically in Middle School. The objective is to provide a reflection on the need to fight for a more just and egalitarian society and the school shows itself as a privileged place for this struggle. Methodologically, we opted for a bibliographic research, which took place through the survey of works and authors that covered the issues and problems faced by the school with regard to historical and ethnic-racial issues. Among the main references, the contributions of Kabengele Munanga and Nilma Lino Gomes, among others, stand out. The reflections and analyzes provided by the dialogue established with the works and experiences of the authors in the school signal a possibility of advances from reflective teaching practices that provide another social and historical place for the African people in the school.

KEYWORDS: Ethnic-racial issues at school. African and Afro-Brazilian culture. Racism.

¹ Doutor em Educação pela UFMG. Professor permanente do PPGE – Mestrado em Educação e Formação Humana, Faculdade de Educação, UEMG, e-mail: francisco.martins@uemg.br

² Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento pela UNA. Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, e-mail: caetanohistoria@hotmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta principal do presente trabalho é de fazer uma discussão que tenha como elemento central de sua análise o entendimento da importância de se trabalhar a história dos povos africanos e as questões étnico raciais na Educação Básica, mais especificamente no Ensino Fundamental II, entendendo que dessa forma há que se lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, conseqüentemente, menos racista. Tal pesquisa se deu por meio do encontro entre dois professores que em suas experiências de atuação na Educação Básica se inquietaram diante das questões étnico-raciais e de cunho histórico em relação ao continente africano. A partir disso, foi realizado um levantamento bibliográfico que abarcou as questões e problemas enfrentados pela escola no que tange a tais temáticas, bem como pela análise das obras e apontamentos referentes ao tema pesquisado.

O caminho metodológico foi marcado inicialmente por inquietações que ao serem vivenciadas na sala, em aulas de História em escolas públicas periféricas na região metropolitana de Belo Horizonte, serviram de gatilho para reflexões posteriores que se materializam nesse artigo. A partir de um levantamento da produção referente a essa temática, foi feita a leitura dos textos com o foco pautado na questão central do trabalho, qual seja, discutir, analisar e entender a importância do estudo da História da África e das culturas afro-brasileiras no ensino fundamental. A análise compõe o escopo desse trabalho.

As questões raciais entrecortaram a história do nosso país e entender a história do povo brasileiro implica em compreender a riqueza e a cultura da matriz africana que a compõe. Em relação aos povos negros escravizados podemos dizer que sua luta tem início no século XVI com o processo de colonização/ocupação da América Portuguesa, na qual seres humanos das mais variadas regiões e etnias africanas foram escravizados e forçados a sair de suas terras para se sujeitarem ao trabalho forçado no Brasil. Desde então, o negro vem se organizando culturalmente, politicamente e socialmente. Entre os séculos XVI e XIX várias foram as formas de expressar descontentamento, com destaque para a formação de quilombos. O século XX vai ser marcado pela organização de lutas que tinham como norte a busca por uma sociedade na qual o racismo e a discriminação não fossem uma marca central. Tais manifestações foram fortemente influenciadas pelas lutas pelos direitos civis dos negros estadunidenses ocorridas a partir dos anos 1960, com destaque para os Panteras Negras e personalidades como Malcon X e Martin Luther King.

A década de 1930 vai ser marcada pela criação de organizações como a FNB (Frente Negra Brasileira). Tal organização tinha o propósito de explicitar a existência do racismo no Brasil e discutir essa realidade social com vistas a buscar melhores condições de vida e a união política e social dos negros. Na década de 1940 do mesmo século o surgimento do TEN (Teatro Experimental do Negro) teve como objetivo a valorização do negro no teatro e a criação de uma nova dramaturgia. Esse foi idealizado, fundado e dirigido por Abdias do Nascimento (CARDOSO, 2011).

Os anos 1950 e 1960 se mantiveram efervescentes no que se refere a mobilização dos negros no Brasil. Várias organizações e movimentos dos negros, em diversas regiões do país, seguiram lutando, com destaque para o combate ao racismo nos anos de chumbo da ditadura militar entre 1964 e 1985. Em 1978 nasce o MNU (Movimento Negro Unificado) e a partir de então a luta organizada dos negros brasileiros passa ganhar maior notoriedade no cenário político e social. Há que se ressaltar que o Movimento Negro Brasileiro também organizou suas lutas no sentido de intervir no processo de criação e elaboração da Constituição Nacional de 1988 o que resultou em conquistas objetivas, como a criminalização legal do racismo e do preconceito racial por meio do Artigo 5º, inciso XLII (CARDOSO, 2011).

Nesse mesmo sentido, podemos dizer que o ano de 2003 foi um marco para a luta do Movimento Negro no Brasil, pois foi promulgada a Lei 10.639/03³, que tornava obrigatório o ensino da história afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares de educação. Passados alguns anos que essa lei encontra-se em vigor, a realidade social brasileira nos mostra o quão importante é que façamos com que esse tipo de discussão aconteça diuturnamente. Vivemos tempos nos quais direitos sociais têm retrocedido de maneira preocupante, que tem havido uma mobilização forte no sentido de criminalizar os movimentos sociais e de exterminar conquistas históricas alcançadas no país, nesse bojo as questões étnico-raciais, nos seus mais variados lugares sociais, também correm risco. Diante dessa conjuntura, marcada pela retomada de uma narrativa social conservadora, faz-se necessário nos posicionarmos politicamente com o intuito de preservar as conquistas alcançadas e estabelecer novas frentes de luta na educação pública.

³ Lei 10.639 de 2003 posteriormente foi alterada para se tornar a Lei 11.645 de 2008 e passou a tratar também das questões referentes às culturas indígenas, ambas as leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases 9394 de 1996.

2 O IMAGINÁRIO SOBRE A HISTÓRIA DOS POVOS AFRICANOS NA ESCOLA

Podemos dizer que a luta empreendida nos anos 1980 com o intuito de universalizar a educação pública hoje alcançou seus objetivos no que se refere ao ensino fundamental, apesar de ainda faltar muito no que tange ao ensino médio (UNICEF, 2014). Há que se considerar que a Lei nº 12.796/2013, passou a garantir direitos educacionais para todas as crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos de idade no atendimento público, conforme garantido pelo Art. 4 da Constituição Federal. Estamos falando de novos atores, da população antes excluída, pobre, negra, periférica, que chegaram à escola e que, em grande medida, causaram conflitos e desestabilizaram a harmonia da realidade escolar antes preservada pelo acesso restrito a uma determinada classe social (ARROYO, 2004). Com todos os problemas que ainda são enfrentados, no que tange estrutura, investimento e materialidade, podemos dizer da existência de uma escola pública diversa, marcada pelos sujeitos diversos que a compõem.

Diante da presença desses novos sujeitos não há como a escola se furtar a estabelecer novas práticas que caminhem no sentido de romper com uma concepção de cultura estabelecida. Caminhando com esse objetivo, valorizar a história e a cultura do continente africano, invisibilizadas durante tantos anos, nos permite proporcionar aos nossos alunos e alunas a construção de outros vínculos para com sua herança ancestral, fortalecendo sua autoestima e permitindo entender que a sociedade brasileira é de fato excludente e racista.

Não estamos tratando nesse trabalho de uma Lei que, simplesmente, instituí uma questão ou temática específica a ser debatida na escola. No bojo da Lei 10.639 estão contidos anos de luta empreendida pelos negros brasileiros que organizados coletivamente buscavam explicitar as mazelas de um país estruturalmente racista. A história do Brasil nos mostra que a escravidão é uma marca indelével e um país que passou por tal experiência não ficaria incólume.

Finda a escravidão o objetivo era o de branquear o país, extirpar as marcas da herança africana, se tornar civilizado, europeu.

Ao iniciarmos as discussões referentes ao continente africano uma pergunta se faz necessária, até mesmo para apurarmos o foco de nosso olhar: as imagens construídas por nós sobre aquele lugar são verdadeiras? Em relação às imagens construídas pela maioria de nós em torno do que seria o continente africano, essas estão fortemente ligadas a ideias deturpadas amalgamadas pela indústria cinematográfica estadunidense (MUNANGA, 1984; LOPES, ARNAUT, 2005). Durante os anos 1980 várias foram as tardes que na televisão se passava

filmes do Tarzan. Um herói, homem forte, que conseguia se comunicar com os animais, saltando de uma para outra árvore utilizando-se de cipós, que lutava com leões, que livrava as “mocinhas” das garras das tribos canibais. Se o Tarzan era “do bem”, quem era “do mal”? Se o herói era o branco, os negros eram os “do mal”, os bárbaros, gente pintada, que não usava roupa, que falava em uma língua estranha, que comia carne humana, uma imagem que remete a inferioridade e primitivismo (HERNANDEZ, 2005). Mais algumas questões se apresentam: alguém já se perguntou por que o herói era o único branco da selva? Por que os negros eram os inimigos? Imagens pejorativas que amalgamadas no imaginário social, perpassaram o tempo. Qual seria o papel da Educação Básica em um contexto como esse? Há que se pensar no papel da escola no processo de desconstrução desses estigmas, bem como, pensar a prática docente diante de tal realidade (ROCHA, 2009; CONCEIÇÃO, 2006).

Tais construções em torno do lugar do branco e do negro marcam a intenção de uns em se colocarem como superiores aos outros. Tais construções não se deram aleatoriamente, há nas entrelinhas um intuito, um sentido para a construção dessa pseudo-hierarquização racial. Isso é o que podemos chamar de racismo, enquanto uma doutrina que afirma existir a superioridade de uns sobre outros mediante valoração de determinadas características culturais, biológicas, raciais (GUIMARÃES, 2008; MOORE, 2007). Mais que em uma simples estória, um filme, é a busca da construção de uma imagem do europeu, do branco, como uma raça superior, em oposição ao negro como bárbaro, ignorante. Reflexos de uma sociedade historicamente racista e preconceituosa.

3 QUE CONTINENTE AFRICANO PODEMOS APRESENTAR AOS/AS NOSSOS/AS ALUNOS/AS?

Na atual conjuntura da educação brasileira, em se tratando da história do continente africano e das culturas afro-brasileiras, a tarefa dos professores é uma verdadeira saga, e passa pela tentativa de romper com vários estereótipos que se consolidaram com o passar dos anos (MUNANGA, 1999). Em oposição direta a todos os estigmas há que se buscar perceber as singularidades e diversidades daquele continente. Como são muitos aspectos (culturais, sociais, linguísticos, econômicos, religiosos, dentre outros) de início já temos uma dificuldade. Daria para tratar de todas as riquezas do continente africano na escola? Seria o objetivo dos professores tornar seus alunos especialistas em África? Não que seja possível tratar de tudo, mas pode-se, minimamente, apontar alguns aspectos que, se devidamente trabalhados contribuem para uma identificação com a herança ancestral africana de nosso país.

Um elemento central nesse processo está em buscar romper com a visão rasa que trata a África no singular, questionar essa ideia que nos leva a simplificar e reduzir. Tal posicionamento, se mantido, nos leva a reproduzir e perenizar a imagem da África como um bloco único, compacto, hermética em si mesma (LOPES, ARNAUT, 2005). O que não condiz com a verdade dos fatos em relação ao continente africano. Em relação a História da África há que se apontar alguns aspectos importantes. Durante muitos anos as sociedades africanas não foram consideradas merecedoras da atenção das correntes históricas, acreditava-se que tal continente não fazia parte da história do mundo, teoricamente não havia o que considerar. Havia uma recusa em perceber os povos africanos como construtores de cultura (GIORDANI, 2007).

A construção dessa imagem de inferioridade dos africanos está baseada da disseminação de ideias preconceituosas construídas pelos europeus que ao compararem os dois continentes destacavam a inexistência de instituições semelhantes as suas (SERRANO, WALDMAN, 2008). Os padrões de comportamento, as danças, as expressões artísticas e as visões de mundo dos africanos, em função da diferença, eram considerados posicionamentos bárbaros em contraposição a civilização europeia (MATTOS, 2007). Tais posicionamentos desconsideravam povos africanos importantes, como os egípcios, uma das maiores e mais antigas civilizações da humanidade, que se destacou, principalmente, pela arquitetura, dentre tantos outros aspectos. O mundo ocidental estabeleceu seu relacionamento com aqueles que não eram europeus com base no preconceito. Estereótipos amalgamados ao longo do tempo.

De acordo com Hernandez (2005, p.18) “o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas tais como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo”. Nesse contexto, as considerações em torno do continente africano passam pela inexistência de um povo, de uma nação, de um Estado, conseqüentemente, inexistência de passado, de história. Contudo, há que se observar que essa visão, além de parcial, é simplista, deixa de contemplar aspectos como, por exemplo, a consideração do continente africano como berço da humanidade. Apesar dos europeus considerarem o continente um deserto cultural sedento pela chuva da civilização (MUNANGA, 1984), esse é na verdade um oásis de cultura em suas singularidades.

Nesse sentido, há que se considerar a distinção entre o que os africanos produzem de cultura e o que o europeu considera cultura. É fato que o continente africano tem sua história, todavia, em uma perspectiva singular, demanda romper com máscaras, camuflagens e mutilações perenizadas no tempo, necessita tomada de consciência, uma reescrita da história



com o foco na diversidade, que faça com que a ciência histórica esteja apta a trilhar outros caminhos para além da ortodoxia. Um aspecto recorrente de críticas à cultura africana está na preeminência da palavra falada em lugar da palavra escrita. Tal prática é vista pela cultura ocidental como ausência de cultura.

Em contraposição a tais posicionamentos, os povos africanos estão visceralmente ligados à palavra falada, nesse contexto, a preeminência da oralidade não priva tais povos de um conhecimento. O conhecimento é legado, é vida, aprendida na experiência, no exercício prático. De acordo com Tierno Bokar:

A escrita é uma coisa e o saber é outra. A escrita é a fotografia do saber, mas ela não é o saber em si. O saber é luz que está no homem. É herança de tudo que nossos ancestrais puderam conhecer e que nos transmitiram em germe, exatamente como o baobá, que está contido em potência em sua semente (TIERNO BOKAR *apud* HAMPÂTÉ BÂ, 1997, p. 23).

Tais considerações nos permitem inferir que o ensinamento está associado à vida, não há circunstância específica para se ensinar e aprender, o que torna o conhecimento algo vivo. Tal prática faz com que o conhecimento africano seja geral, para a vida. Destacamos o papel dos anciões, pois esses guardam o legado dos antepassados. De acordo com um dito africano, “cada ancião que morre é uma biblioteca que se perde” (HAMPÂTÉ BÂ, 1979). No contexto africano a palavra falada tem poder, está vinculada ao sagrado e, conseqüentemente, a uma visão religiosa do mundo. A religiosidade não é uma instituição desvinculada do mundo real. Os ancestrais constituem a própria sociedade, estão no cotidiano, no dia a dia. Tais seres estão ligados à explicação e a vivência do mundo, a realidade. Nesse cenário, a palavra é acompanhada de ações e torna-se instrumento de poder, vinculada a relação homem e natureza. A palavra é ferramenta de aproximação e relação para com as forças vitais, com o que é divino (LEITE, 1996). Inserida nessa realidade destaca-se a figura dos *Griots*, contadores de história, menestréis, detentores de um *status* especial nas sociedades africanas, responsáveis por celebrar o heroísmo e a honra, desprezar o medo e a morte, bem como repudiar a desonestidade.

É de vital importância atentar a tais aspectos se quisermos construir outro continente africano em nossas escolas. Contudo, tal proposta de trabalho demanda um esforço no sentido de nadar contra a corrente, de buscar identificar e valorizar as especificidades de um continente que pode ser considerado um “mosaico de heterogeneidades”, dada à diversidade cultural de seus povos (HERNANDEZ, 2005). Para tal, um passo importante pode estar em buscar perceber

a cultura africana como legado, como nossa herança, fator componente da própria cultura brasileira.

4 ENTENDENDO O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A partir do século XVI a escravização dos negros africanos tornou-se prática comum entre os europeus. Por um período de cerca de 350 anos, foram trazidas pelos portugueses, de forma compulsória, mais de 4 milhões de pessoas da África para o Brasil. Escravizados foram trazidos com o intuito de ocupar lugar nos trabalhos de mineração, lavoura de cana-de-açúcar e café, dentre outros tantos. O negro era o braço forte sem o qual a colônia não alcançaria sucesso. Além disso, o tráfico proporcionava lucros exorbitantes à coroa portuguesa (ALENCASTRO, 2000).

A escravidão no Brasil reproduziu na relação entre brancos e negros o mesmo procedimento discriminatório dos europeus para com os africanos, fazendo se constituir uma hierarquização racial, na qual brancos seriam, teoricamente, superiores aos negros. Sem dúvidas, tal procedimento tornou a herança africana inferiorizada pelas elites na composição social brasileira. Valores como estética, música, religião, vestuário, linguagem, dentre outros, ficaram subsumidos em função do privilégio de uma cultura tida como erudita, a cultura europeia. A pretensão de reproduzir, na colônia, valores eurocêntricos fez com que se reproduzisse também a oposição entre o civilizado e o bárbaro. A matriz africana deveria ser extirpada, branqueada, civilizada. Tais elementos nos permitem sinalizar que, historicamente, em nossa sociedade, a hierarquização racial reproduz aspectos da oposição entre a civilização e a barbárie.

Uma especificidade brasileira foi a construção de um discurso no qual o branco, benevolente, teria feito uso de formas mais brandas de escravidão, o que permitiu ao negro uma aproximação tal que lhe proporcionou a oportunidade de se tornar civilizado. Essa tese foi assimilada como verdade histórica a partir da obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (2001). Essa particularidade existente no Brasil é merecedora de nossa atenção, um falso altruísmo por parte dos brancos, que no discurso ideológico estabelecido historicamente, teriam permitido, com sua benevolência, a aproximação e o convívio pacífico para com os negros, a título de permitir a essa população a apropriação da civilidade branca.

É interessante destacar as peculiaridades das relações de poder e dominação estabelecidas no contexto colonial. Os europeus nos trópicos produziram e construíram um tipo



de relação escravista e de dominação com formas peculiares de violência que foi interpretada posteriormente por Freire (2001) como uma colonização mais branda, menos desumanizadora, como se isso pudesse mesmo existir. Nesse contexto, emerge o que chamaremos no século XX de mito da democracia racial.

Esse tipo de narrativa que propalava a miscigenação como virtude nacional, reforçou a existência de uma democracia racial brasileira mitológica. Os brancos e negros ao se misturarem teriam se tornado parte de um país miscigenado de características singulares. Portanto, não seria possível existir o domínio de um sobre o outro onde não se conseguiria sequer distinguir quem era o branco e quem era o negro. Uma realidade deturpada que se amalgamou como verdade inquestionável com o passar dos anos, forjando uma mentalidade de nação cordial, pacífica, incruenta e socialmente unida.

A construção desse mito da democracia racial, como uma corrente ideológica, impediu que se visse claramente a desigualdade instituída entre negros e brancos no Brasil, negando também consequentemente a existência do racismo. Essa retórica discursiva mantém-se ainda muito forte no país, haja visto a quantidade de pessoas e movimentos que desqualificam políticas de igualdade com as cotas raciais, isso com o discurso raso essas é que são efetivamente racistas. Em função desses aspectos singulares da sociedade brasileira necessitamos apropriar arcabouços conceituais como ferramenta para combate ao racismo e à desigualdade na sociedade e na escola, consequentemente.

5 APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS

Em função das questões anteriormente mencionadas no presente trabalho e das especificidades da sociedade brasileira entendemos que seja necessário a apropriação de determinados conceitos como forma de combater o racismo na sociedade e na escola. Inicialmente, há que se considerar que todos os conceitos parecem se aproximar, chegam a parecer muito semelhantes, mas as diferenças é o que mais nos interessa e ajuda na realidade da escola. O intuito é delimitar alguns conceitos que devem ser trabalhados diuturnamente e que nos são extremamente úteis para debater essa temática na escola.

O passo inicial se dá a partir da compreensão da ideia de raça tendo como foco as relações étnico raciais. Um primeiro movimento está em separarmos de forma adequada os aspectos biológicos dos aspectos sociais, culturais e políticos. A raça biológica delimita a subdivisão de uma espécie e há quem utilize desse argumento para dizer que somos todos iguais,

humanos. Essa é mais uma forma de negar o preconceito e o racismo. Todavia, quando se trata dos movimentos sociais negros a palavra raça ganha contornos específicos, envolve aspectos identitários. Nesse contexto, a raça está alicerçada na dimensão social e política de ser negro, de produzir um sentido de pertencimento, bem como reconhecer a discriminação e o preconceito para com os negros e promover a luta contra essas práticas (GOMES, 2005). Reconhecer esse aspecto da raça, enquanto uma construção sociopolítica torna-se fundamental para as discussões na educação.

Da palavra raça emerge a palavra racismo, remetendo-nos a práticas discriminatórias hierarquizantes entre as pessoas, com base em características raciais e culturais. Assim, por natureza, algumas pessoas seriam superiores a outras. O racismo afirma a superioridade dos brancos em relação aos negros. Dessa doutrina decorreram violências e agressões que perpassaram a história da humanidade como tortura, isolamento de grupos étnico-raciais, extermínio físico (MOORE, 2007).

Concomitantemente aos conceitos de raça e racismo há também os significados de preconceito racial e discriminação racial. O preconceito trata do estabelecimento de um conceito prévio, sem o devido cuidado, sem o verdadeiro conhecimento dos fatos. Já o preconceito racial envolve uma ideia preconcebida em relação a um grupo racial, social, étnico ou religioso. Esse julgamento prévio envolve aversão e ódio para com o outro e é marcado por uma inflexibilidade contundente. Entretanto, é de vital importância dizer que o preconceito racial não é inato ao indivíduo, ele é socialmente construído (GUIMARÃES, 2008).

Em relação à discriminação racial percebe-se um tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou a um grupo específico com base em suas características raciais ou étnicas. Nesse sentido, a palavra discriminação está vinculada ao ato de promover distinção, diferenciação. No que tange a discriminação racial, essa é a efetiva prática do racismo e do preconceito. A discriminação seria a adoção de práticas que os efetivam como, por exemplo, inviabilizar a contratação de uma pessoa por ela não ser branca, ou como se encontra ainda em alguns anúncios de emprego, por não ter “boa aparência”.

Nesse contexto, é importante destacar o conceito de branquitude para compreender de que maneira são estruturadas as relações raciais no Brasil. É vital compreender que, apesar da intensa miscigenação da população brasileira, existe um sistema de privilégios e vantagens associados à pele branca e que está conectado aos lugares e contextos de poder ocupados histórica e simbolicamente pelos negros (pretos e pardos) e brancos no Brasil (BENTO, 2002). Para os professores que terão o ofício de trabalhar com a história da África e das culturas

afrobrasileiras na escola, um ponto obrigatório está na busca por promover debates, seminários, atividades que dinamizem a escola, transformando essa temática no cotidiano da instituição.

Essa é também uma forma de promover uma discussão para além do conceitual, que demonstre de maneira apropriada o quanto nossa sociedade é racista, preconceituosa e discriminatória. Um primeiro passo na busca por superar a sociedade racista e reconhecer que ela é realmente racista, perceber que negros são maioria entre os mais pobres do país, notar que esses têm menos acesso à educação, ver que a população negra ocupa os postos de trabalho que demandam menos instrução.

6 APONTAMENTOS E CAMINHOS POSSÍVEIS

Passados dezessete anos da promulgação da Lei 10.639 há que se dizer que a luta agora é por efetivá-la. Em 2003, seja nas universidades, seja nas escolas, muito pouco se sabia sobre a lei e sua aplicação. Houve quem não acreditasse que ela se efetivaria, houve quem pensasse que se tratava de uma nova disciplina escolar, descolada das outras, houve quem dissesse que era uma “moda”. Ainda hoje enfrentamos problemas. A própria forma como a Lei foi escrita, cria por vezes, obstáculos para sua aplicação na escola. Muitos professores por desconhecer a temática reforçam o equívoco de que tal discussão na prática se restringe as disciplinas de História, Artes e Literatura. Ao fim e ao cabo, ainda há muito a se fazer e uma das frentes de luta para a efetivação da Lei é a formação de professores que tomem essa responsabilidade não como uma obrigação legal, mas como um posicionamento político de luta para intervir em uma sociedade brasileira historicamente racista.

Um movimento necessário de ser feito é o de equalizar as responsabilidades em torno do trabalho a ser desenvolvido na escola para com as questões étnico-raciais e da História da África. Há que repensar o papel de cada um dos atores do cenário escolar, envolver todos os professores, de todas as disciplinas, os profissionais da biblioteca, da cantina, da limpeza, da portaria, os pais, a comunidade, toda a escola, no sentido de entender e fazer entender que essa é uma responsabilidade coletiva. Se de fato quisermos uma escola pública que seja menos racista, que seja reflexiva quanto a tais questões, ninguém fica isento de responsabilidades nessa jornada. Temos que refletir desde o nosso racismo cotidiano escondido sob a roupagem da brincadeira e da zoação, bem como o racismo institucionalizado que faz com que a maioria dos negros na escola sejam os alunos pobres e os trabalhadores de função não especializada. Se

quisermos lutar contra o racismo temos que fazer com que essas reflexões alcancem nossos estudantes, a ponto de se incomodarem com tal situação e tomarem atitudes de combate.

A realidade escolar pode ter grande influência no trabalho exitoso em torno das questões étnico-raciais, pois se tomarmos como base as escolas públicas de periferia vemos que os alunos, maciçamente têm cor. A pobreza no Brasil é demarcatória, excludente, composta por pardos e pretos, portanto é negra. No entanto, recorrentemente presenciamos colegas de trabalho, funcionários da escola e até acompanhantes escolares, que acusam os alunos negros de serem racistas. Para avançarmos no debate há que se considerar que não há como nascer nessa sociedade e passar incólume por um processo de socialização que em alguma medida nos remeta a práticas racistas. Se entendemos que o racismo é estrutural e estruturante de nossa sociedade, todos acabamos sendo marcados por esse processo e nos cabe conscientizar de tal fato a ponto de querermos lutar contra isso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor tem o relevante papel de construir junto aos seus alunos experiências reflexivas que considerem a importância dos negros na construção da nação, saindo da subalternidade e assumindo seu lugar de direito como um dos sustentáculos da constituição desse país. Compreender a história e a cultura africana é desconstruir uma narrativa idealizada na perspectiva do grupo social dominante e proporcionar aos negros a saída de uma posição coadjuvante, assumindo a centralidade como grupo social destacado na formação da nacionalidade do país. Dessa forma, pensar a construção e inclusão desses sujeitos dentro de um escopo que os aponte também como interlocutores de uma nacionalidade e identidade nacional é papel do processo educativo que, em grande medida, tem responsabilidades no que tange a manutenção e reprodução da exclusão social.

Um aspecto que apontamos como vital é a aproximação da escola e de seu corpo docente junto às produções sociais e culturais da comunidade na qual essa se encontra inserida. É fundamental a participação das famílias e suas historicidades dentro do contexto escolar, construindo possibilidades de mediação entre saberes formais e não-formais que podem ajudar na construção de identidades, percepção de pertencimento e fortalecimento dos bens culturais da comunidade e da cidade.

Outro elemento a ser considerado é o material didático usado em sala de aula. Esse deve contemplar as culturas e historicidades de todos os grupos sociais, nesse caso, a cultura

africana e afro-brasileira têm também primazia na construção e consolidação de uma cultura nacional. Entendemos que a história das mentalidades e a história do cotidiano foram gradativamente incorporadas nos livros didáticos e com isso já percebemos avanços em alguns debates sobre a cultura dos negros dentro da sociedade brasileira, no entanto há sempre o que avançar. Essa produção historiográfica demonstra uma consonância com a luta do Movimento Negro que sempre debateu a inserção do negro como protagonista na construção do país.

Conforme nos diz Nilma Lino Gomes (2011), apesar dos avanços no campo das experiências étnico-culturais, ainda persiste uma narrativa segregadora e racista que deve ser continuamente combatida. Dessa forma acreditamos que as possibilidades de rupturas no *status quo* têm que passar pelo aval da educação, sendo assim o papel do professor em sala de aula deve ser mediar constantemente novas práticas de ensino, novas abordagens metodológicas e fundamentalmente mediações entre as várias produções culturais no entorno da escola. Ao fim desse artigo não temos a pretensão de apresentar respostas, ao contrário, esperamos que esse incomode a outros profissionais da educação, ao ponto de os fazerem repensar as relações raciais em nossa sociedade e questionar o que pareça natural a um primeiro olhar.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Tratado dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, TJ: Vozes, 2002.
- CARDOSO, Marcos. **O Movimento Negro**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.
- CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. **África um novo olhar**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História da África anterior ao descobrimento**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino, GONÇALVES E SILVA, Petrolina B. (org). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito Racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A palavra, memória viva na África**. Revista O correio da Unesco, ano 7, n° 10/11. Rio de Janeiro: 1979.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A educação tradicional na África**. Revista THOT, n. 64, 1997.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LEITE, Fábio. Valores civilizatórios em sociedade negro-africanas. **Revista do Centro de Estudos Africanos USP, n° 18/19**, 1995/1996.

LOPES, Ana Mônica; ARNAUT, Luiz. **História da África: uma introdução**. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. O universo cultural africano. **Revista da Fundação João Pinheiro, v.14, n° 7 a 10**, jul. a ago. de 1984.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **A História da África na Educação Básica**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2008.

UNICEF. **10 desafios do Ensino Médio no Brasil**. Brasília, 2014.

Enviado em: 09/11/2021
Aprovado em: 01/07/2021